



200

200 ANOS DE INDEPENDÊNCIA.
**A INDÚSTRIA E O
FUTURO DO BRASIL.**



Confederação Nacional da Indústria
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA



DESENVOLVIMENTO
SOCIAL



AS MÚLTIPLAS INDEPENDÊNCIAS DO BRASIL: EMANCIPAÇÃO COMO PROCESSO DE AUTONOMIA¹



Lilia Schwarcz

Historiadora, antropóloga e professora da Universidade de São Paulo (USP) e da Princeton University (Estados Unidos). É autora, entre outros, dos livros "As barbas do imperador", "Lima Barreto: triste visionário", "Brasil: uma biografia" (escrito em conjunto com a também historiadora Heloisa Starling) e "O sequestro da Independência" (escrito em parceria com Lúcia Stumpf e Carlos Lima Jr.)

Muitas vezes tomamos efemérides como dias feriados para celebração, não como momentos para reflexão crítica acerca do passado e do futuro. O bicentenário da Independência do Brasil é, porém, um bom pretexto para refletirmos sobre qual independência e emancipação política, econômica e cultural queremos comemorar. Eu sugiro alguns temas que se reiteram teimosamente na pauta do passado e do presente do país: desigualdade, escravidão, racismo, patrimonialismo e violência são questões recorrentes no debate nacional.

¹ (Nota da autora). Esse texto é fruto de uma palestra. Por isso mantém os sinais de oralidade. Destaco também que nessa fala foram apresentadas muitas imagens, que são aqui citadas, mas não apresentadas. A saída será procurar essas obras na internet e assim melhor acompanhar a reflexão.

Este ano de 2022 marca, ainda, o centenário da *Semana de Arte Moderna* de 1922 e este é um momento oportuno para pensarmos, também, no que se convencionou chamar de modernismo brasileiro. Vale destacar, na contramão, que nosso modernismo combinou atraso com vanguarda, bem como sublinhar a ideia de que o modernismo não foi apenas paulista; foi na verdade um movimento muito mais amplo, plural e nacional. Aliás, a imagem que virou oficial acerca da Semana de 22 foi produzida em 1924, o que mostra que ela foi manipulada *a posteriori*. Seu perfil indica um grupo masculino e branco, embora haja toda uma polêmica (vazia, no meu entender) sobre a cor de Mário de Andrade. Uma tela recente do artista plástico carioca Daniel Lannes, chamada “Dezessete Homens e Um Segredo”, ou “Os Modernistas”, brinca, porém, com a foto de 1924. Não há mulheres nela – sendo que várias participaram do Movimento – nem tampouco negros. Outra significativa tela atual, do artista negro contemporâneo conhecido como *O Bastardo*, também fluminense, escancara a incompletude: ele explica que ainda vai preenchê-la com aqueles que deveriam, mas não estiveram presentes na Semana de 22.

Neste ano de 2022 completamos, ainda, 100 anos da morte do escritor *Lima Barreto*, um dos mais

importantes escritores brasileiros de todos os tempos. Como sabemos, ele, que era negro, não foi convidado para a festa modernista, embora o então jovem escritor Sérgio Buarque de Holanda o tenha chamado para fazer uma resenha da *Klaxon*, a revista dos modernistas paulistanos. O escritor não gostou da publicação, desconfiou do nome, escreveu que a *Klaxon* lembrava a buzina de um carro e que os paulistas estavam com mania de vanguarda futurista. Faleceu pouco depois, naquele mesmo ano, e quem sabe tenha ficado de fora do cânone modernista por causa de sua crítica.

Estou chamando atenção para o fato, portanto, de que este ano de 2022 carrega, também, outros fantasmas, outras efemérides. O bicentenário da Independência, sobretudo, vem sendo acompanhado por uma série de batalhas narrativas, disputas visuais e a lenda de uma “independência pacífica” às margens do Ipiranga. Esse é o mito do Sete de Setembro e da proeminência de um príncipe português e seu protagonismo. São versões criadas a partir de uma historiografia oficial que tentou imprimir determinado padrão à emancipação brasileira: ordem, unificação, proeminência monárquica e ausência do povo. Nada disso é exatamente verdade.

GUERRA DE NARRATIVAS²

Sabemos, porém, que existiram várias independências brasileiras, e a que narramos com mais frequência é o modelo consagrado pelo tempo de uma independência conservadora, feita pelas elites agrárias do sudeste do país, que criaram uma monarquia cercada de repúblicas por todos os lados. A primeira imagem que se conhece sobre o evento, foi criada próximo do momento da Independência de 1822. Ela mostra Pedro I chegando ao Rio de Janeiro, onde seria aclamado. Pintada pelo pintor francês *Jean-Baptiste Debret*, essa pintura seria acompanhada por outras que guardam o mesmo sentido, anotando a aclamação do imperador como o momento simbólico da emancipação política. O próprio *Debret* fez uma tela em 1828, acerca da sagração e da coroação de D. Pedro. Ela é totalmente construída a partir de um imaginário austríaco, porque, naquele momento, essa era a monarquia mais importante. A tela, pois, não era um plágio, era uma citação; ao comparar a independência brasileira com a austríaca, elevava

² As imagens e parte das ideias que aqui desenvolvo podem ser encontradas no livro “*O sequestro da Independência: a construção histórica do mito do Sete de Setembro*” (Companhia das Letras, 2022), escrito em coautoria com Carlos Lima Jr. e Lúcia Stumpf.

a primeira e procurava mostrar sua “universalidade”, e não a particularidade da situação brasileira.

Uma das imagens que mais conhecemos é ainda mais tardia. Ela foi feita em 1844 por outro pintor francês, *François-René Moreaux*, que tinha acabado de chegar ao Brasil naquela ocasião e, portanto, mal conhecia o país e os brasileiros. Ele elaborou, então, um retrato de independência com uma clara inspiração europeia, no qual o povo que aparece na tela é basicamente napolitano. Colocou apenas palmeiras na paisagem, ao fundo, para lembrar um país, e usou um retrato conhecido do imperador, mas em claro desequilíbrio com o tronco e o lado em que vira o cavalo. O “povo” que aparece na pintura é também muito europeu, pouco lembrando os brasileiros e as brasileiras. O fato é que a tela chamou mais atenção, já na época, por sua pouca qualidade. Foi só no século XX que começou a entrar na imaginação dos brasileiros.

Sobretudo a partir do Segundo Reinado, foi sendo construída a versão de uma independência ordeira, palaciana e sudestina. Era uma independência que não lembrava os conflitos ocorridos na Bahia e no Maranhão, ou as guerras encetadas no Piauí, que causaram centenas de vítimas. Também não se destacavam outros protagonismos, para além dos homens brancos europeus. A imagem

da independência foi ficando assim muito colonial, europeia, pouco inclusiva – uma representação escolhida e construída a partir da visão da monarquia.

Outros monumentos também ganharam espaço nesse contexto, tentando difundir a imagem de uma realeza protagonista, que seria a única condutora dos destinos do país. O monumento criado em 1862 por *Louis Roche* – famoso escultor, também francês, autor de uma série de esculturas ainda existentes em Paris – mostra como a imagem oficial da Independência foi sendo vinculada a outro mito nacional: a democracia racial. Toda a representação destaca o protagonismo do monarca Pedro I. Na base da escultura aparecem apenas indígenas, não populações negras, sistematicamente eliminadas das representações elaboradas no Segundo Reinado, que procurou não se associar à questão da escravidão.

Contudo, a imagem que mais se colou ao nosso imaginário e virou uma espécie de documento da Independência é a icônica pintura “Independência ou Morte” (também conhecida como “O grito do Ipiranga”), de autoria do pintor brasileiro *Pedro Américo*. A imagem tem uma história no mínimo aventureira: foi encomendada por D. Pedro II e pela Comissão do Ipiranga em 1885, mas chegou ao Brasil apenas em meados de 1888. Com o novo regime, a

República, instalado no país em 1889, não pôde ser inaugurada no Museu do Ipiranga, que homenageava justamente a Monarquia.

Durante um longo tempo, a tela ficou enrolada nos porões da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, em São Paulo. Apenas circulou em branco e preto, pois fora fotografada pelo próprio artista, ainda em Florença. Mesmo assim, ganhou o imaginário nacional, como se fosse a verdade visual da Independência – o que não é. Ela é expressamente inspirada em outro quadro francês, do pintor *Ernest Meissonier*, que colocou Napoleão Bonaparte no centro da paisagem, em um cavalo branco. Não é uma fraude, tampouco um plágio, porque, nas pinturas acadêmicas, esse tipo de “citação” era absolutamente usual e estimulado – e o próprio Pedro Américo, em livro que publicou ainda em 1888, menciona a obra do francês.

De toda maneira, como uma tela comissionada, Pedro Américo visava immortalizar a independência e criar uma espécie de imagem-símbolo daquele momento histórico. Pretendia transformar, também, o Sete de Setembro em um ato de poucos, com o protagonismo do príncipe. Colocava, assim, o povo em reduzido número, à esquerda da tela, sempre de forma passiva e apenas nas figuras de um tropeiro e de um homem negro ao fundo – num tamanho muito pequeno. O pintor, aliás, sabia que

D. Pedro não viajava em um cavalo, porque, na época, as longas viagens eram vencidas no lombo de mula, mas afirmou em sua obra que era preciso dignificar o monarca em um cavalo e não num burro. Por isso coloca o povo levando produtos numa mula e o monarca num garboso equino.

Nessa representação acadêmica, o povo vai sendo colocado, sobretudo o povo negro, em posições secundárias de trabalhadores subalternos, quando na verdade teve participação forte em várias partes do país. Hoje sabemos que existiam rascunhos da tela, recusados pela Comissão do Ipiranga, em que combatentes negros saudavam o ato de emancipação bem no primeiro plano, mas nada disso ficou para a história ou vingou no tempo.

Outras imagens da época mostram também como a região onde o príncipe Pedro recebeu as famosas cartas de José Bonifácio e Maria Leopoldina era plana, mas Pedro Américo resolveu “mudar a geografia”. Era preciso elevar o local e, assim, a cena também. De toda maneira, a partir de tantos detalhes significativos, percebe-se a própria eficácia simbólica do poder político ou a eficácia política do poder simbólico. O certo é que o resultado final da tela tira o povo da representação oficial e deixa o protagonismo apenas para o príncipe – e para a monarquia. Essa situação tenderia, inclusive, a se radicalizar,

sobretudo no começo da República. Em uma pintura de *Benedito Calixto*, um dos maiores expoentes da pintura brasileira do início do século XX, pode-se ver D. Pedro em primeiro plano, não com roupas de monarca; ele aparece como um monarca mais civil, tendo São Paulo ao fundo.

Definitivamente, a tela “Independência ou Morte” representava e era entendida como o símbolo da “lenda pacífica, monárquica e sudestina” da independência: nada de povo, nada de Nordeste, nada de brasileiros.

A INDEPENDÊNCIA SEQUESTRADA

Em 1922 – ano do primeiro centenário –, São Paulo, que então já era um estado rico e poderoso, promove mais um sequestro do imaginário da Independência do Brasil. A proeminência do evento do Ipiranga passa a ser muito destacada. É impressionante como a inauguração do Museu Paulista e da tela de Pedro Américo coincidem para destacar o papel de São Paulo, e não do Rio de Janeiro, na realização da emancipação brasileira. Mais uma vez, não se evidencia o papel da população, nem a desconfiança que a Independência brasileira suscitou nos outros países das Américas com vocação republicana e presidencialista, desde os primeiros

anos do século XIX. Essa era uma versão paulista da autonomia brasileira, como se ela tivesse se dado, literal e metaforicamente, a partir do Ipiranga.

Entretanto, podemos falar de outros sequestros. Em 1972, no sesquicentenário da Independência, novamente a tela de Pedro Américo estaria em primeiro plano, mas sem referência, sem registro e sem autoria. A tela ia virando, claramente, um documento visual do Brasil e, portanto, não precisava mais de referências de tempo, lugar ou autoria. Particularmente durante o regime militar, podemos ver a construção de um novo sequestro dessa imagem oficial. A ditadura tratava a emancipação e a independência como uma espécie de “golpe militar” legal, para que a ordem fosse finalmente restituída. Era preciso justificar um golpe para que os brasileiros chegassem à emancipação.

Esse uso ideológico e militar da tela ficaria, também, muito claro no filme “*Independência ou Morte*”, lançado em 1972, que tinha como protagonistas Tarcísio Meira (no papel de D. Pedro I) e Glória Menezes (no papel da Marquesa de Santos). Nele, a tela de Pedro Américo se transforma em uma espécie de “documento verídico”, cuja bilheteria seria apoiada pela ditadura, que distribuiu ingressos para as escolas públicas. Na película, um D. Pedro másculo e excessivamente uniformizado lembra os generais

do presente. Enquanto a ditadura torturava, sequestrava e fazia sumir brasileiros, festejava o 7 de setembro como se fosse uma forma de apaziguamento – um desfile militar e não cívico.

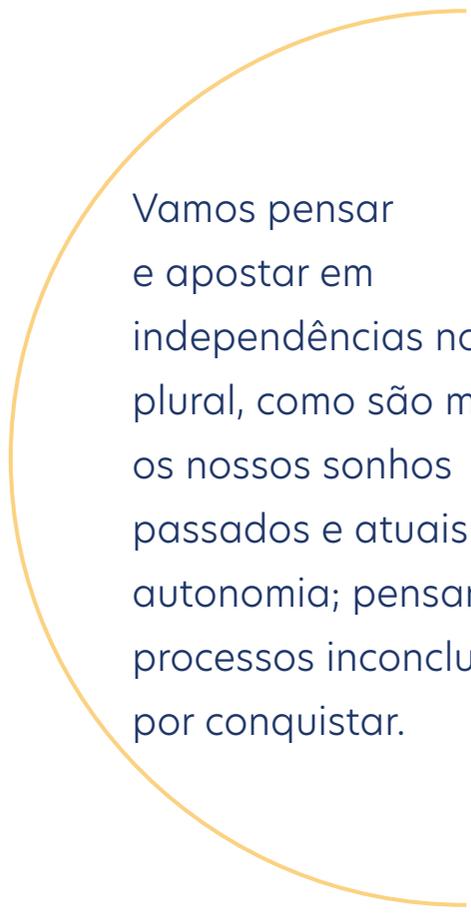
Por sua vez, a pintura de Pedro Américo se transforma em uma “foto da realidade do passado” ou, então, numa alusão, num pedaço de imaginação, que se prende à memória dos brasileiros, tanto que, com o tempo, a obra seria apropriada em muitas chaves diferentes. Em charges, pinturas realizadas por artistas negros, indígenas e contemporâneos de uma maneira geral, ela vai virando “bandeira” para muitas lutas por direitos.

Já por parte do atual governo brasileiro, a celebração do bicentenário da Independência começou em 2021, com um desfile militar e uma série de discursos de ataque às instituições democráticas por parte do presidente da República. Trata-se de um novo sequestro, com a Independência dando ensejo a uma disputa de narrativas e à justificativa de uma “espécie de golpe militar necessário”, aclamado como se fosse um “golpe da legalidade” – o que, com certeza, não é!

São muitas as independências que devemos e podemos festejar agora em 2022. Deveríamos falar de heroínas, protagonistas mulheres, esquecidas da história da nossa Independência, como: *Maria Quitéria*,

que lutou no exército brasileiro baiano a favor da Independência; *Maria Felipa*, que conteve o exército português na Bahia, enganando os soldados locais; *Joana Angélica*, uma religiosa brasileira considerada mártir da Independência, morta em 19 de fevereiro de 1822 ao tentar impedir que soldados invadissem o Convento de Nossa Senhora da Conceição da Lapa, localizado na capital baiana. Ou, então, dos vários protagonistas negros da nossa Independência, como *Alufá Rufino*, que, conforme narram os historiadores João José Reis, Flávio dos Santos Gomes e Marcos J. M. de Carvalho – no livro *O Alufá Rufino: tráfico, escravidão e liberdade no Atlântico Norte* –, foi um escravizado africano que, após conseguir sua alforria no Brasil, tornou-se cozinheiro assalariado de navios negreiros e, na maturidade, já em Recife, alcançou o posto de alufá, guia espiritual da comunidade de negros muçulmanos.

Também deveríamos celebrar outras independências, certamente não tão pacíficas, como as que ocorreram em outras províncias do Nordeste. Isso porque a independência é um processo, e não uma data fixa. A nossa começou muito antes, com as conjurações mineiras e baianas, com a Revolução Pernambucana de 1817 e com as lutas que ocorreram na Bahia, no Maranhão e no Piauí. Ela também não foi concluída em 1822. Precisamos lembrar da grande Confederação do Equador de 1824,



Vamos pensar e apostar em independências no plural, como são muitos os nossos sonhos passados e atuais por autonomia; pensar em processos inconclusos e por conquistar.

que uniu todas as então províncias do Nordeste a favor de uma emancipação verdadeira e mais abrangente – e não um acordo mais conservador e das elites do Sudeste. Também podemos evocar a grande revolta muçulmana dos Malês, de 1835, que tomou as ruas de Salvador e pediu por outra independência, que incluísse a necessária abolição da escravidão.

Enfim, vamos pensar e apostar em independências no plural, como são muitos os nossos sonhos passados e atuais por autonomia; pensar em processos inconclusos e por conquistar.

É hora de contar cada vez mais com nossa cidadania vigilante, para projetar o futuro e explorar de uma maneira virtuosa os desafios que temos pela frente; fazer do passado um exercício de reflexão e de inflexão, para poder pensar nosso futuro com mais grandeza, de maneira inclusiva, mais democrática, plural e republicana.

O DEVER DA CIDADANIA

Como fazer da efeméride um momento em que a comunidade se emociona, conjuntamente, e imagina projetar seu futuro? Como pensar na efeméride de forma crítica e reflexiva? Neste ano, em que se completam os 200 anos da Independência do Brasil, convém ressaltarmos alguns avanços: cumprimos uma década das políticas de afirmação positiva, que mudaram o perfil étnico da universidade pública. Desde 2021, temos mais alunos pretos e pardos (segundo termos do IBGE) do que alunos brancos, o que é muito importante no país em que estes correspondem a apenas 56,4% da nossa população. No entanto, neste mesmo ano, o desemprego no país chega a mais de 15 milhões de pessoas, em meio a uma grave crise na saúde, na educação, na segurança e em nossos padrões habitacionais. É um momento em que a crise não é só econômica, não só política, não só na área da saúde e do meio ambiente, mas é também moral e representa um claro retrocesso civilizatório.

Pesquisas mostram que, mesmo diante desse cenário de terra arrasada, milhares de jovens brasileiros, habilitados a votar nas eleições de 2022, deverão abrir mão de fazê-lo.

Renegam a política, como se isso não tivesse nada a ver com eles. Esquecem-se de que política não deveria ser coisa apenas para políticos. Outros, ao contrário, não abrem mão desta que é a única arma da democracia: o voto cidadão. Cidadania ativa é nossa melhor aposta se queremos repactuar a democracia no Brasil. Política deveria ser entendida como a arte de criar consensos e de lutar pelo bem comum e, também, como a arte da defesa dos direitos à diferença – direitos que também implicam deveres.

É hora de contar cada vez mais com nossa cidadania vigilante, para projetar o futuro e explorar de uma maneira virtuosa os desafios que temos pela frente; fazer do passado um exercício de reflexão e de inflexão, para poder pensar nosso futuro com mais grandeza, de maneira inclusiva, mais democrática, plural e republicana. O termo crise, na sua origem etimológica, quer dizer decisão. O momento é grave e pede nossa participação cívica, patriótica, não na base da patriotada, mas na base do pensamento cívico, crítico e proativo. Que a independência como efeméride dê lugar à reflexão e à força para mudar, sempre para a frente e para melhor. E que estejamos sempre de olhos bem abertos para os nossos desafios e para o aprimoramento da democracia no país.

INDEPENDÊNCIA, BARREIRA E ATOLEIRO

A historiadora **Lilia Schwarcz** nos traz a ideia de que a Independência – sua imagem, conceito e sentimento – foi sequestrada pelas elites, tratando o povo como simples expectador do gesto e da palavra do novo monarca e, depois, dos representantes da elite econômica e social. A partir de pinturas que simbolizam o que seria o momento da Independência, com o famoso grito do então príncipe regente virando imperador, ela mostra como a historiografia sequestra a narrativa dos fatos para servir à elite e a seus interesses.

A narrativa usada passa a ideia de que a Independência foi um golpe militar liderado por um monarca e alguns brancos ao seu lado, para colocar ordem nos negócios da colônia, cortando seus laços com a metrópole. A história contada nega o papel de rebeliões comandadas ao longo de décadas por brancos, negros e índios, inspirados na Revolução Francesa e nas independências norte-americana e dos países latino-americanos. A professora Lilia lembra que a efeméride deveria ser entendida como um momento do processo pelo qual o povo é um ator ativo.

A visão do golpe se consolidou no imaginário nacional, trazendo inclusive o orgulho de que fizemos uma independência pacífica, ocultando que ela foi incompleta e não tão pacífica assim. Valorizamos o mítico grito “Independência ou Morte” como vitória da nossa nação independente, esquecendo o recado do monarca português, antes de partir de volta à metrópole, ao seu filho: “Antes que algum aventureiro se adiante, melhor que tu faças a independência”. Daí a Independência que mantém a mesma elite no poder, o mesmo sangue na linhagem, os mesmos valores e interesses das elites dirigentes.

Muito foi feito ao longo dos últimos 200 anos para consolidar o novo país, mas ele foi sequestrado pelos interesses da minoria privilegiada: no começo, apenas os nobres, comerciantes e alguns intelectuais ao lado do imperador; com o tempo e a República, aumentou o tamanho da corte, incluindo categorias assalariadas, mas sem quebrar a divisão entre a elite e o povo, chamado agora de “povão”, para permitir chamar de “povo” a minoria que concentra a renda, o patrimônio, os privilégios e o conhecimento.

O imperador sequestrou a Independência, as elites intelectuais, empresariais, sindicais, militares e os políticos sequestraram a República, que ficou prisioneira dos grupos corporativos e do imediato, barrando a transformação do país em uma nação dinâmica, confiável, eficiente, justa, rica, segura, sem pobreza e sustentável. A nação foi sequestrada, sobretudo, pela negação de educação de qualidade ao povo e até mesmo à elite, porque um povo deseducado é um povo sequestrado, que jamais será livre, nem republicano.

O resultado é que, apesar dos imensos avanços conquistados ao longo dos últimos dois séculos, o bicentenário da Independência nos coloca diante de uma barreira estagnante no rumo do progresso, e de um atoleiro político que dificulta a coesão do povo.



CADA POBREZA TEM UMA CARA



Ricardo Paes de Barros

Doutor em economia pela Universidade de Chicago. Integrou o IPEA por mais de 30 anos, dedicando-se aos temas de desigualdade, pobreza, mercado de trabalho e educação. Foi um dos formuladores do Bolsa Família. Atualmente, é professor e pesquisador no Instituto de Ensino e Pesquisa (Insper)

Desenvolvimento social tem como pressuposto garantir a todos os direitos sociais que o artigo 6º da nossa Constituição Federal assegura: educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, transporte, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância e assistência aos desamparados. Para isso ser facilitado, é importante assegurar também o que estabelece o parágrafo único deste artigo: *“Todo brasileiro em situação de vulnerabilidade social terá direito a uma renda básica familiar, garantida pelo poder público em programa permanente de transferência de renda, cujas normas e requisitos de acesso serão determinados em lei, observada a legislação fiscal e orçamentária”*.

Nos últimos 200 anos, desde a Independência, o Brasil errou ao não garantir o direito fundamental ao trabalho produtivo, que é a base do desenvolvimento social e, conseqüentemente, para o protagonismo dos cidadãos na vida social e econômica. O programa *Brasil sem Miséria*, desenhado durante o primeiro mandato da presidente *Dilma Rousseff* (2011-2014), era um modelo de combate à pobreza baseado em três pilares: o primeiro consistia em transferir renda para as pessoas, de maneira a aliviar a pobreza e dar condições para elas poderem exercer seus direitos sociais; o segundo pilar buscava garantir o acesso a serviços públicos básicos, expandindo o acesso a água e luz para todos; e o terceiro pilar consistia em incluir produtivamente os mais pobres, garantindo o direito mais importante, que é o direito ao trabalho. Na medida em que passamos a ter apenas um “Auxílio Emergencial” (depois, rebatizado como “Auxílio Brasil”), como ocorreu no atual governo, deixamos de ser referência mundial nessa área, com grau de focalização menos centrado em quem realmente precisa e na inclusão produtiva dos mais pobres.

Não existe solução
para a pobreza
sem entender a
especificidade da
condição de cada
família pobre.

O Auxílio Brasil é bem-vindo como um passo inicial, para dar às pessoas condições mínimas de dignidade e de satisfação das necessidades mais básicas. Ninguém consegue procurar trabalho sem ter dinheiro para pagar passagem de ônibus, sem ter uma roupa adequada para que se possa sentir bem em público. Achar, entretanto, que esse benefício é o fim da história trata-se de um grande erro. Ele é, nada mais, nada menos, do que um primeiro passo. Precisamos garantir oportunidades

aos talentos que existem nas favelas e nas comunidades, para possibilitar inclusão produtiva, geração de renda e trabalho para seus moradores, e, daí, alcançarmos o crescimento econômico e a redução da pobreza.

INCLUSÃO PRODUTIVA

A inclusão produtiva pode ser viabilizada, também, por meio do fomento a pequenos negócios e à capacidade empreendedora das famílias pobres, com o apoio à comercialização dos seus produtos e serviços, mas ela só ocorrerá de forma mais consistente com o crescimento sustentado da economia. Com a legislação trabalhista complexa e o sistema tributário caótico que temos é muito difícil a economia crescer e, conseqüentemente, viabilizar a expansão de empresas e a abertura de novos empreendimentos. Para que isso ocorra, é necessário um ambiente de negócios amigável, que, infelizmente, o nosso país não tem. No índice do Banco Mundial *"doing business"*, que mede a qualidade dos ambientes negociais de 190 nações, o Brasil está na posição 120, o Chile na posição 60, a Turquia na posição 30 e a Nova Zelândia na 1ª posição. Grande parte dos novos empregos é gerada pelo aporte de novos

investimentos. Sem um ambiente adequado de negócios, isso não se torna viável.

É fundamental, ainda, perceber que não existe solução para a pobreza sem entender a especificidade da condição de cada família pobre. Existem várias favelas e comunidades, e cada uma tem sua aptidão, sua tradição e seus problemas específicos, que devem ser tratados de modo distinto. Para tirar essas famílias da miséria, é preciso dar atenção específica a cada uma delas. As soluções têm que ser desenhadas localmente com recursos federais, mas com alta descentralização e uma intensa atuação da assistência social em cada uma das comunidades, utilizando a expertise das organizações da sociedade civil já existentes.

Perdemos o rumo, na medida em que estamos centrando nossa atenção mais no alívio da pobreza e menos na garantia do direito ao trabalho. Outro problema é a falta de articulação do governo federal, que detém os recursos, com os governos estaduais e municipais. É preciso dar autonomia para os governos locais tomarem as medidas que precisam ser realizadas, porque são eles que conhecem cada comunidade e cada família. A melhor política social aproveita o talento dos despossuídos, de uma maneira respeitosa, que leve em conta o que eles querem e mais precisam.

A dívida histórica do Brasil para com a população carente deve ser paga, sobretudo, com a garantia de oportunidades para as pessoas pobres, aproveitando o talento de cada uma delas na construção de um país mais justo. Nas últimas três décadas, esse erro começou a ser reparado, mas estamos ainda muito aquém do que precisa ser feito nessa área. Já temos uma sociedade civil que conhece bem os pobres e suas demandas. Precisamos, agora, de um Estado que use os recursos disponíveis de uma forma mais sábia, democrática, generosa e transparente.

A melhor política social aproveita o talento dos despossuídos, de uma maneira respeitosa, que leve em conta o que eles querem e mais precisam.

INCENTIVOS SOCIAIS

Ricardo Paes de Barros é enfático na defesa dos preceitos constitucionais que asseguram os direitos sociais para todos os brasileiros, entre os quais destaca o direito à inclusão produtiva pelo emprego. Na sua visão, a inclusão social não deve vir apenas da transferência de renda, embora ela seja importante, sobretudo para aqueles que estão na extrema pobreza. É preciso, mais do que isso, fomentar o acesso ao trabalho produtivo com a realização de investimentos públicos, promover o empreendedorismo e criar oportunidades para os talentos que existem nas regiões pobres.

De uma forma geral, de acordo com Paes de Barros, governos locais e organizações da sociedade civil já conhecem o “caminho das pedras”. É necessário, entretanto, que os recursos sejam descentralizados e utilizados de forma inteligente e bem direcionada. Um alternativa seria a adoção de incentivos sociais, propiciando uma renda básica para que a família em situação de miséria pudesse sair da penúria imediata. Ao mesmo tempo, mobilizando os beneficiários e lhes dando condições para produzirem o que precisam para sair da pobreza.

Algumas experiências exitosas no passado poderiam orientar para o futuro. Eis alguns exemplos: o Bolsa Escola, formulado na Universidade de Brasília (UnB) em 1987 e executado pelo governo do Distrito Federal a partir de janeiro de 1995, é um exemplo: a mãe é empregada para garantir a frequência dos filhos à escola; o Bolsa Alfa, pelo qual analfabetos ganhavam para aprender a ler; o Escola em Casa, pelo qual adolescentes pobres no ensino médio recebiam bolsa para auxiliar com aulas particulares alunos do ensino fundamental.

Embora tenha sido um salto na generosidade assistencial aos pobres, a substituição de incentivos sociais ao emprego por transferência de renda sem condicionamento pode ser um retrocesso na luta pela erradicação da pobreza. Além do efeito sobre a consciência da pessoa beneficiada, ela recebe a renda transferida, mas fica sem o produto necessário para sair da pobreza. A decisão de transformar o Bolsa Escola em Bolsa Família teve o retrocesso de eliminar o impacto da palavra “escola” e do compromisso com a educação. O Auxílio Brasil desarticulou de vez a possibilidade de emancipação social, por ter se resumido a uma medida assistencialista e se tornado apenas uma ajuda para a sobrevivência na pobreza extrema, que permanece.

PARA AVANÇAR, PRECISAMOS SUPERAR PROBLEMAS ESTRUTURAIS



Maria Alice (Neca) Setubal

Socióloga, é presidente do Instituto Tide Setúbal, Organização Não Governamental que fomenta iniciativas voltadas para a justiça social e o desenvolvimento sustentável de periferias urbanas. Presidiu, também, o Conselho de Administração do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (CENPEC)

Precisamos reconhecer que, nesses 200 anos, desde a Independência, conquistamos avanços significativos em diversas áreas, como educação, saúde e meio ambiente. Por outro lado, acumulamos vários atrasos estruturantes, que precisamos superar para alcançarmos um desenvolvimento social consistente, pensando sempre de forma ampla e sistêmica. Primeiro, a questão do patrimonialismo: a ambiguidade entre os interesses público e privado, nos quais, para manter seus privilégios, alguns setores se apropriam de partes do Estado. Isso está enraizado em todo o desenvolvimento brasileiro e precisa ser superado.

Muito enraizada também na nossa cultura estão as relações personalistas que se sobrepõem às relações de cidadania, dos direitos universais. Durante a pandemia, tivemos inúmeros depoimentos, filmados e divulgados pela mídia, que escancaram essa relação. Lembro de uma senhora que estava com o marido em uma loja, quando um segurança pediu: “Cidadão, por favor, precisa colocar a máscara”. A senhora respondeu: “Cidadão não. Ele é engenheiro”. Mantém-se a visão de conservar os privilégios: não queremos ser iguais e o título de doutor define a posição.

Avançamos bastante ao enxergar que o racismo estrutural permeia nossas instituições. Saímos da ilusão de uma democracia racial, mas ainda temos um longo caminho a percorrer, sobretudo no combate ao modelo de patriarcado.

O Brasil precisa superar esses pensamentos personalistas e patrimonialistas. Avançamos bastante ao enxergar que o racismo estrutural permeia nossas instituições. Saímos da ilusão de uma democracia racial, mas ainda temos um longo caminho a percorrer, sobretudo no combate ao modelo de patriarcado. Somos uma sociedade muito machista, na qual a violência doméstica ainda predomina. Somos um dos países com o maior número de feminicídios. Isso dificulta, atrasa e, muitas vezes, impossibilita o desenvolvimento social. Há, ainda,

questões do mundo contemporâneo, que não estão apenas em nosso país, mas que precisamos enfrentar para atingir maior igualdade social: mudanças climáticas, percebidas em todo o planeta; democracia sofrendo ataques diários em vários países do mundo, inclusive no Brasil; e a questão do trabalho, ameaçada pelo advento de novas tecnologias.

Precisamos ter em mente que alguns retrocessos atuais vão impactar a questão social brasileira de forma muito dramática nos próximos anos e décadas. A permanência da pobreza e da extrema pobreza é uma característica que macula nossa caminhada ao longo desses 200 anos e dificulta nossa marcha ao futuro. É trágico o declínio que sofremos recentemente nessa área, especialmente durante a pandemia. Por falta de uma política nacional que pudesse coordenar as questões envolvidas no desenvolvimento social, um enorme contingente voltou à pobreza e ao desemprego, que já era grande.

Além disso, está ocorrendo uma diminuição expressiva do gasto em educação por aluno, assim como do número de matrículas. A quantidade de jovens que não trabalha e nem estuda subiu para 27% da população juvenil. Precisamos enfrentar esses recuos e avançar em direção a uma sociedade de maior inclusão, uma sociedade de bem-estar, uma sociedade que esteja pautada pelos direitos e pela justiça.

PONTES PARA O SOCIAL

A desigualdade social e a pobreza devem ser enfrentadas pela sociedade brasileira como um todo, porque afeta a todos nós, afeta o dia a dia com violência e desgasta o tecido social. É fundamental pensar qual política pública queremos para o Brasil na área social para os próximos anos, que não apenas um “auxílio emergencial”. É nesse sentido que coloco a ideia de renda básica com foco na criança. Há vários estudos mostrando a importância e a necessidade de uma política que focalize a transferência de renda na infância.

Todos os brasileiros das classes A, B, C, D ou E têm subsídios do Estado para a educação. As classes médias e altas já descontam no seu Imposto de Renda a mensalidade da escola. Precisamos avançar nas políticas públicas, pensando em um subsídio que todas as famílias brasileiras recebam; uma política pública consistente, que avance em relação ao Bolsa Família e, sem dúvida, ao Auxílio Emergencial, que não chega a ser uma política.

É essencial, também, fomentar o empreendedorismo nos territórios de maior carência, não como panaceia para resolver todos os problemas do trabalho, mas como alternativa, combinada com uma renda básica focada na criança. Essa

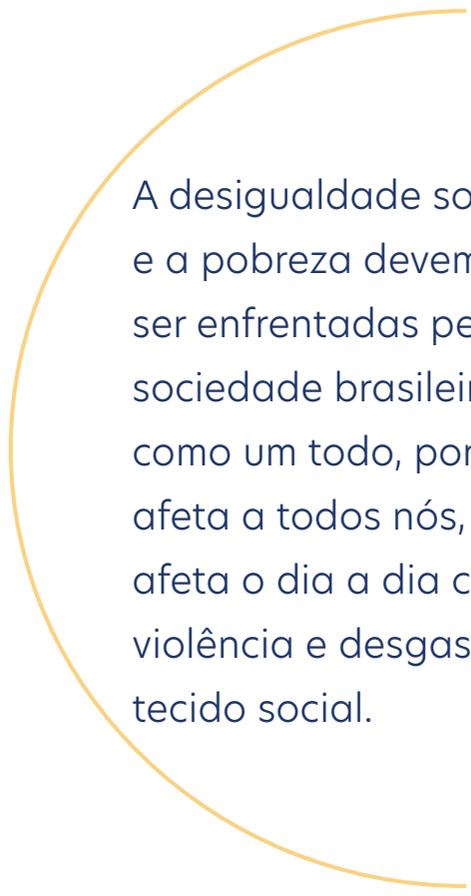
renda alivia o pai para poder ser um empreendedor e não estar o tempo todo pensando na sobrevivência diária. O empreendedorismo precisa de capacitação, da escola dialogando com o jovem, de instituições como o SESI e SENAI interagindo com a favela, com linguagem contemporânea, que traga sentido à escola e à pedagogia usada. Passa, ainda, por políticas de microcrédito e de cooperativismo, bem como pela descentralização de compras do Estado para oferecer condições aos empreendedores locais.

Do Palácio do Planalto ou do Palácio Bandeirantes (*sede do governo paulista*) não se consegue chegar à população, que mora e vive lá no território das favelas. O mapeamento das reais necessidades e potencialidades de cada comunidade só será feito com uma integração entre governos, sociedade civil, organizações de base e empresas. Organizações como a CUFA (*Central Única das Favelas*) – que fazem a ponte entre governos, empresas, fundações e pessoas físicas – precisam ser abraçadas e apoiadas nas comunidades. Não é fácil, mas vimos muitos exemplos de sucesso na pandemia, graças a essas parcerias. Nesse período, saltou aos olhos também a atuação afirmativa de lideranças periféricas, negras e femininas. Vale destacar que muitos desses jovens que hoje são líderes em suas comunidades conseguiram entrar na universidade graças às cotas sociais, ao ProUni (*Programa Universidade*

para Todos) e ao FIES (*Fundo de Financiamento Estudantil*). São políticas públicas que, depois de 10 anos, mostram resultados sociais relevantes.

A pandemia acelerou, também, a adoção do conceito de ESG nas organizações: políticas que contemplem a minoração dos efeitos das mudanças climáticas, a responsabilidade social e a governança transparente. Esse conceito veio para ficar, porque, entre outros motivos, os fundos de investimento estão pressionando e as redes sociais estão vigilantes na busca desses resultados. A questão da equidade racial e de gênero também passou a fazer parte das preocupações de diversas empresas, que estão buscando aumentar a diversidade em seus quadros de colaboradores, nos seus conselhos e nos cargos de liderança.

Um exemplo de iniciativa nessa área é o *Movimento pela Equidade Racial (Mover)*, composto por mais de 50 empresas, que se organizaram para combater o racismo tanto dentro quanto fora de seus respectivos domínios. Outras parcerias nessa mesma linha estão sendo firmadas entre comunidades, empresas e universidades, na busca de soluções para problemas como os existentes em diversos territórios. São avanços capitaneados pela sociedade civil, que também já começam a render frutos e poderão ajudar a impulsionar o desenvolvimento social do país nas próximas décadas.



A desigualdade social e a pobreza devem ser enfrentadas pela sociedade brasileira como um todo, porque afeta a todos nós, afeta o dia a dia com violência e desgasta o tecido social.

A ARMADILHA DA BONDADDE

*Ao mesmo tempo em que defende que, para se desenvolver socialmente, o Brasil precisa superar problemas estruturais históricos – como o patrimonialismo, o corporativismo, o machismo e o racismo –, a socióloga **Neca Setubal** chama a atenção para a necessidade de agirmos de forma pragmática. Advoga pela retomada de políticas públicas, como transferência de renda focada na criança. Destaca, também, a importância de programas implementados nas últimas décadas, que propiciaram um maior e mais diversificado acesso de jovens de baixa renda e de escolas públicas às universidades.*

A socióloga tem razão e faz propostas corretas. Entretanto, é preciso evitar cair na armadilha de um “neoliberalismo social” que, no intuito de corrigir as falhas do passado, protegendo aqueles que ficaram excluídos dos benefícios, ignora a necessidade de transformações estruturais de que o país necessita. O uso da seleção meritocrática pura leva à exclusão dos excluídos. Daí a ideia de criar políticas para facilitar o ingresso em bons empregos e na universidade aos que foram excluídos do progresso educacional no passado. Contudo, ignorar a importância do mérito leva ao risco de quebra da eficiência no futuro, mitigando o erro social no presente, mas sacrificando a eficiência necessária para aumentar a renda social e produzir bens e serviços essenciais para atender às demandas dos pobres. Além disso, é um erro relevar as mudanças estruturais que assegurem educação de qualidade igual para todos.

Recentemente, o Auxílio Emergencial foi rebatizado como Auxílio Brasil e tornado permanente, como se o Brasil não tivesse esperança nem propósito de, algum dia, ninguém precisar dessa ajuda. Está em discussão prorrogar por 50 anos o prazo de vigência das cotas sociais para ingresso na universidade, como se não houvesse intenção de a escola ser de qualidade igual, independente de renda, endereço, raça e gênero, tornando desnecessárias as políticas afirmativas.

Desde a Independência, o Brasil colocou em prática diversas medidas corretas do ponto de vista social, mas que funcionaram como armadilhas da bondade: a concessão de subsídios permanentes a empresas, promovendo acomodamento na ineficiência; a estabilidade do emprego público, levando ao descuido com a função e com o atendimento correto à população; a aprovação automática nas escolas, gerando repulsa à avaliação; e o Auxílio Brasil, provocando fuga de trabalhadores do setor formal.

ONDE VEEM CARÊNCIA, NÓS VEMOS POTÊNCIA



Celso Athayde

Ativista social, é fundador da Central Única das Favelas (CUFA). Atualmente, é CEO da Favela Holding, que atua junto a empreendedores comunitários, fomentando e promovendo oportunidades de negócios, empreendedorismo e empregabilidade

Minha contribuição nessa reflexão em torno do bicentenário da Independência do Brasil vem das favelas, de onde sou, onde trabalho, levando valor para as pessoas que ali trabalham e tentam se desenvolver no lugar. Ao falar de independência, precisamos perceber que ela não é um momento, mas um processo permanente. Podemos estar falando da independência das mulheres e dos negros, que ainda não ocorreu. Daí a necessidade de manter cotas nas universidades, para permitir que jovens negros, cujos direitos, durante a educação de base, foram aliados da emancipação, tenham agora oportunidade. Hoje se discute exatamente o contrário: o fim das possibilidades que fizeram com que muitas pessoas avançassem.

Podemos estar falando também da independência das favelas, não apenas na questão financeira e econômica. Quando pensamos na emancipação dos moradores das favelas, devemos refletir sobre como desenvolver o empreendedorismo e a empregabilidade nesses territórios, na base da pirâmide social, uma vez que precisamos gerar riqueza e renda. Se não desenvolvermos o país para todos, vamos ter aumentada a distância entre o país que cresceu e as favelas que ficaram no mesmo lugar. Com desenvolvimento em uma área e sem desenvolvimento em outra, teremos o caos social.

Um país justo é aquele onde tanto o dono do prédio como o porteiro e os filhos de deles tenham acesso a sonhar com mobilidade social. Se um nasce sabendo que não vai ter essa mobilidade, já nasce sem expectativa.

A pobreza é diferente em cada lugar. Por isso, o direito ao trabalho das pessoas que estão na pobreza deve ser percebido com a vocação local. Tomemos como exemplo as comunidades de Heliópolis e Paraisópolis, em São Paulo, e da Rocinha, no Rio de Janeiro: cada uma delas é maior do que 80% das cidades brasileiras. Se essas favelas tivessem prefeitos e gestores que pensassem os problemas do lugar, certamente as políticas públicas seriam mais eficientes e estabeleceriam propostas

a partir das carências e demandas ali existentes. Um exemplo seria atender pessoas desempregadas que precisam de acesso ao trabalho. Na medida em que esses lugares fossem articulados, poderíamos descentralizar as decisões que estão centralizadas no governo federal. Isso faria com que as pessoas resolvessem seus problemas e questões locais, especialmente o direito ao trabalho para gerar renda.

A EMERGÊNCIA DO “QUARTO SETOR”

A favela não é necessariamente carente. Estamos falando de um universo de 17 milhões de pessoas, com mais de R\$ 180 bilhões de renda anual. Temos 13 mil favelas no Brasil. O ideal é que elas não existissem; que tivéssemos um projeto de habitação, de transporte e de segurança; que pudéssemos ver as favelas como uma coisa do passado. Infelizmente, não é assim e precisamos levar alento para as pessoas que vivem nelas e objetivar o desenvolvimento delas.

Um país justo é aquele onde tanto o dono do prédio como o porteiro e os filhos de deles tenham acesso a sonhar com mobilidade social. Se um nasce sabendo que não vai ter essa mobilidade, já nasce sem expectativa. Se as pessoas das favelas fossem todas

carentes, as empresas, sejam bancos ou de telefonia, não estariam fazendo produtos customizados para elas. Se fossem carentes, teriam de receber carteirinhas de carentes para não precisar pagar mais ônibus, metrô e trem. É o contrário: elas pagam, elas consomem, e as empresas têm se valido disso. Temos, por exemplo, um projeto com o *Grupo FlyTour*, que já instalou cerca de 400 unidades de agências de viagens em favelas, para atendimento exclusivo de seus moradores. Temos, também, uma parceria com a Natura, que já distribuiu mais de 3,5 milhões de produtos em 112 comunidades do Rio de Janeiro.

Desde que a CUFA foi fundada, em 1998, nunca tínhamos pedido dinheiro para empresas. O único momento em que isso ocorreu foi agora, por causa da pandemia. Conseguimos levantar recursos para levar alento e alimento aos moradores de favelas em todo o Brasil, atendendo pelo menos 15 milhões de pessoas. Não somos contra quem pede, mas, por causa da minha origem de rua, entendi que tinha que romper com isso, até porque nossa relação com as empresas é de fazer parcerias para nos sustentarmos a partir dos recursos que temos. Morei na rua durante seis anos, dois dos quais em abrigo público em função de pequenos furtos. Sempre pedi esmola; então, sempre fiz parte do capitalismo, na medida que eu precisava de dinheiro para sobreviver.

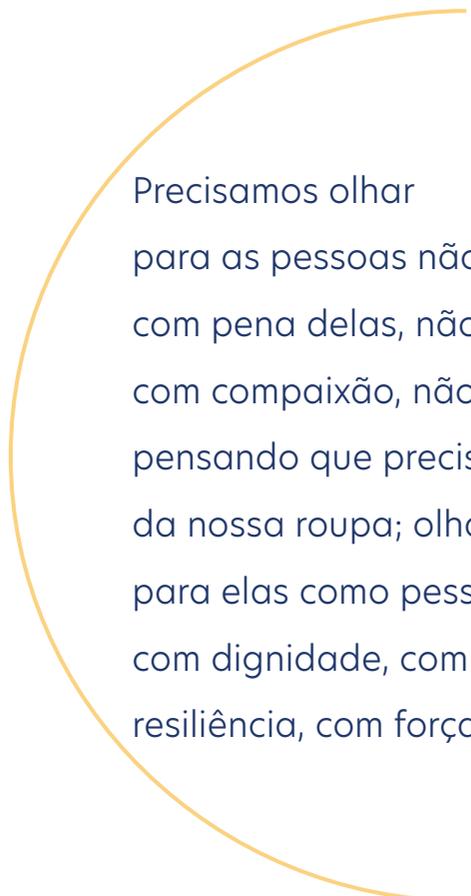
As pessoas se assustam quando enfatizamos que a Central Única das Favelas (CUFA) é uma organização social com fins lucrativos. O problema não é a instituição ter lucro, mas o que fazer com ele. Nós reinvestimos nosso lucro no desenvolvimento de atividades que entendemos importantes em cada comunidade. Mais recentemente, criamos uma *holding* de empresas focadas no desenvolvimento econômico das favelas e das pessoas que vivem nelas e buscamos conhecimento para promover a própria ascensão social. A Favela Holding congrega, atualmente, 24 empresas que empregam milhares de pessoas no território das favelas, nos mais diversos segmentos. Neste ano, realizamos a primeira edição da Expo Favela, um evento único no que diz respeito ao encontro entre a favela e o asfalto, voltado para negócios e empreendedorismo, que contou com o apoio da CNI. Fizemos questão de realizar a exposição no WTC (World Trade Center), em São Paulo, porque entendemos como simbólico ocupar espaços que as corporações privadas ocupam. Em parceria com a CNI e o SENAI, vamos agora replicar a experiência no país inteiro.

Precisamos dinamizar o que chamo de “quarto setor”, a própria favela, na medida em que o Estado (o “primeiro setor”) abandona esses territórios. As empresas, que compõem o “segundo setor”, têm tentado dar a sua

contribuição, mas esse apoio não tem tido tamanho significativo, a ponto de resolver as questões das favelas. Já o chamado “terceiro setor” não ajuda, quando faz com que a favela tenha a cultura de medo do lucro, como se fosse pecado ter lucro. Se as pessoas têm vergonha de ter lucro, é como se elas dissessem: “não quero ganhar nada”. Vão continuar com carência econômica. Como é que você se desenvolve em um país capitalista se não tem lucro? Nós dizemos “lucro sim”. O debate é o que fazer com ele.

O “quarto setor” pode ser representado pelas próprias favelas: suas riquezas e carências unidas em um mesmo processo, para que elas respondam às demandas e ofereçam respostas que os outros três setores não conseguiram dar. As favelas são potentes, e onde as pessoas veem carência, eu vejo potência. Por isso, me refiro a essas pessoas como pessoas potentes, não como pessoas carentes. Precisamos olhar para as pessoas não com pena delas, não com compaixão, não pensando que precisam da nossa roupa; olhar para elas como pessoas com dignidade, com resiliência, com força.

Imaginem, por exemplo, se, na pandemia, esses chamados “carentes” estivessem parados enquanto as classes médias e altas estavam em casa pedindo comida pelo iFood, onde tinha uma cozinheira e um entregador, certamente



Precisamos olhar para as pessoas não com pena delas, não com compaixão, não pensando que precisam da nossa roupa; olhar para elas como pessoas com dignidade, com resiliência, com força.

da favela. Imagine se os frentistas dos postos de gasolina, que moram nos territórios das favelas, parassem por causa da pandemia. Imagine se os empacotadores e os caixas dos supermercados tivessem parado. O país, com certeza, também pararia. Essas pessoas provaram, mais uma vez, que estavam à disposição deste país quando a gente precisou delas.

Os moradores das favelas são importantes economicamente, porque movimentam R\$ 180 bilhões por ano em todo o país. Sem deixar

Ou a gente divide
com os moradores
das favelas a
riqueza que eles
produzem, ou vamos
continuar dividindo
as consequências da
miséria que a elite
produz, até aqui.

de reconhecer a carência, estou me referindo a essa potência. Ou a favela se transforma em autossuficiente na inclusão de seus habitantes ou vai continuar como coadjuvante, inclusive do processo no qual ela deveria ser protagonista. Ou a gente divide com os moradores das favelas a riqueza que eles produzem, ou vamos continuar dividindo as consequências da miséria que a elite produz, até aqui.

PESSOAS SÃO PONTES

A pandemia mostrou muito da nossa capilaridade, da nossa força e da nossa potência. Ao mesmo tempo, muitos termos novos surgiram, a exemplo de “isolamento social”. Eu nunca tinha escutado essa expressão, mas quando olhamos com mais atenção para os detalhes, isso não é novidade para quem vive nesses territórios, porque já nasceram socialmente isolados, sempre nessa condição de isolamento. A diferença é que, em função da pandemia, esse isolamento passou a ser um risco para a sociedade, na medida em que, quando elas foram isoladas de maneira tão agressiva, corria-se sério risco de caos social.

Nesse período, por meio de diversas parcerias realizadas com outras organizações, lideranças comunitárias, empresas e empreendedores, conseguimos entregar para esses territórios o que suas populações precisavam ter.

Jogamos boias de salvação para as favelas e para as periferias. Precisamos resgatar as pessoas para o navio, mas impedindo que elas sejam segregadas em espaços separados. O desafio no pós-pandemia é viabilizar a retomada econômica e levar seus benefícios para a base da pirâmide, porque a pior crise que uma sociedade pode ter é a falta de perspectivas, de esperança, de

sonhos. Quando as pessoas olham para a frente, para trás e para o lado e não enxergam nada, é porque realmente está tudo perdido.

Isso é um enorme desafio para toda a sociedade brasileira: a academia, as organizações sociais e as empresas. Precisamos ampliar nossa consciência; buscar um país com inclusão produtiva e onde as relações sociais deixem de ser racistas e passem a ser integradas como potencial da sociedade. Todos devem perceber que isso não vai acontecer se continuarmos com o mesmo comportamento dos 200 anos passados. Para sonhar de forma mais concreta, é fundamental irmos na direção de um país mais justo e diverso. O caminho é longo, mas sem dúvida possível.

ESCOLA PRECISA FALAR A LINGUAGEM DOS JOVENS

Outra reflexão que considero relevante, também partindo da perspectiva da favela, é com relação à importância que a juventude da periferia dá aos estudos. Em tudo que faço, eu valorizo a educação, pois entendo que ela está envolvida o tempo todo em tudo o que fazemos. Entretanto, é preciso levarmos em conta as circunstâncias e as condições objetivas em que essa questão se apresenta em cada

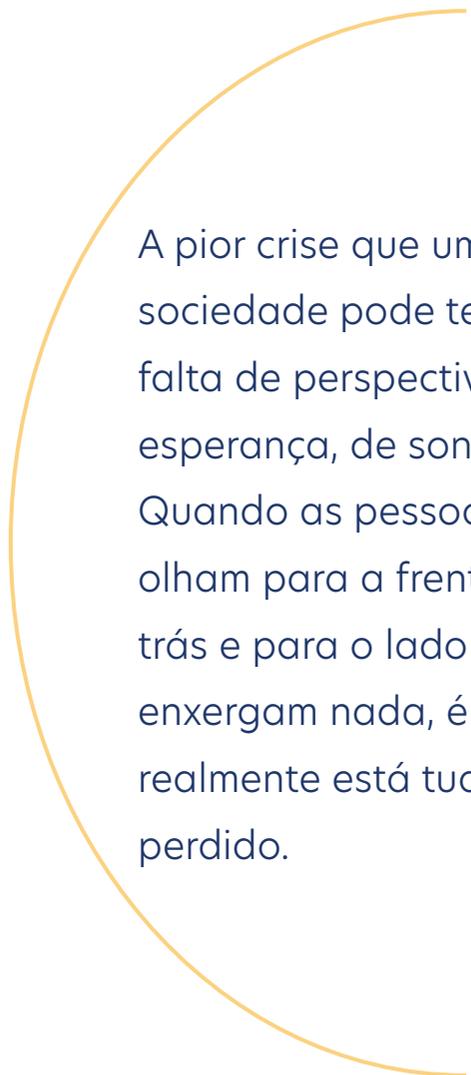
comunidade, para cada jovem. Mesmo reconhecendo a importância da educação, quando morava na rua ou em abrigo público, eu não via razão para estudar, pois estudar ou ler um livro não tinha a mínima relevância na minha cabeça.

Em 2012, quando realizamos a primeira edição da Taça das Favelas – torneio que contou com a participação de cerca de 500 mil pessoas de diversas comunidades do Rio de Janeiro –, recusei o apoio de uma prefeitura que condicionava o aporte de recursos à exigência de que todos os jogadores da competição estivessem matriculados na escola. Na época, o jovem Patrick de Paula, que veio a ser um dos destaques do torneio, não estudava. Pouco tempo depois da competição, ele foi contratado profissionalmente por mais de 30 milhões de reais. Se eu tivesse impedido que aquele garoto jogasse naquela Taça das Favelas, ele, certamente, não teria entrado na escolinha de futebol do Palmeiras, nem na escola formal em que o clube o colocou e, muito menos, teria seu talento reconhecido. Na época, não fui compreendido e fui criticado. Mas como eu poderia dizer para aquele menino que, se ele não estivesse na escola, não poderia jogar? Conheço seus pais e seus parentes, com os mais diversos problemas, pessoas que não

tiveram a menor razão para estudar, porque nunca viram os pais lendo um livro, lendo um jornal. Aí, eu chego para ele e digo: “apesar do seu talento, você não vai poder jogar no time da sua favela, porque você não estuda”. Assim, estaria excluindo o excluído.

Defendo que a gente não deve excluir ninguém, mas identificar quais são as meninas e os meninos que estão fora da escola e montar programas específicos para eles. Muitas vezes, a favela tem o equipamento escolar, mas as crianças e suas famílias não têm razão para usá-lo por causa da linguagem. É fundamental que você não apenas diga para seus filhos estudarem; eles precisam ver você também estudando, porque o seu exemplo é decisivo.

Tão importante quanto o estudo é a gente repensar as linguagens, para que faça mais sentido às pessoas desses territórios estar na sala de aula, entendendo efetivamente o que seus professores estejam ensinando. É preciso repensar o modelo de educação, utilizando ferramentas digitais, internet e aulas digitais, incorporando os games no estudo. Precisamos usar as linguagens que eles usam, captar novas linguagens, para que eles possam desenvolver seus próprios processos de aprendizagem.



A pior crise que uma sociedade pode ter é a falta de perspectivas, de esperança, de sonhos. Quando as pessoas olham para a frente, para trás e para o lado e não enxergam nada, é porque realmente está tudo perdido.

A RIQUEZA POTENCIAL DAS FAVELAS

Com sua visão de morador e líder comunitário da favela – e à luz da experiência inovadora, heterodoxa, criativa e bem-sucedida da CUFA –, **Celso Athayde** nos passa mensagens lúcidas, que parecem óbvias depois que ele fala: 1) o desenvolvimento deve chegar a todos, pois, se ficar limitado a uma parte da sociedade, não haverá sustentabilidade; 2) há riqueza mesmo na carência; e 3) a superação da pobreza decorre da mobilização das potencialidades que têm os pobres.

Sua expressão “exclusão reforça exclusão” simboliza o que aconteceu com o Brasil ao longo dos últimos 200 anos, desde a Independência. Em parte desse período, reinou um sistema escravocrata, que excluía a metade da população dos direitos mais elementares. Posteriormente, o país aboliu a escravidão, se desenvolveu, avançou e se fez um dos mais prósperos países do mundo, mas manteve a exclusão.

Em seu discurso – e, também, na sua prática cotidiana –, Celso Athayde quebra o preconceito ideológico, geralmente presente em lideranças dedicadas a projetos sociais, que consideram o lucro como pecado social e não como resultado de eficiência. Ele mostra a necessidade de se criar empreendimentos lucrativos nas comunidades ditas carentes, por entender que todas elas têm alta capacidade de trabalho, de produção e de consumo. Defende, em última instância, que a favela deve ser protagonista de seu próprio futuro, casando seu potencial com suas carências.

As necessidades e o desemprego da população serão superados se sua energia for canalizada por transferência de renda condicionada, por algum empreendimento financiado pelo Estado ou por programas de microcrédito. Para isso, é preciso ter incentivo, orientação e formação. De forma diferente, Celso Athayde faz para as favelas brasileiras o que o Prêmio Nobel Muhammad Yunus fez em Bangladesh, com o Grameen Bank. Tanto Yunus quanto Athayde utilizam a filosofia do “talento comprometido”: o uso dos potenciais existentes na pobreza, a serviço do progresso das pessoas.



Confederação Nacional da Indústria
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA